

APRESENTAÇÃO

Este Manual apresenta procedimentos de normatização para elaboração do Projeto de Pesquisa. O Projeto de Pesquisa tem por finalidade direcionar a produção do Trabalho de Conclusão de Curso, nas modalidades Artigo e Monografia, dos cursos de: graduação, licenciaturas e pós-graduação da ESBAM.

Os itens apresentados neste Manual são direcionados pela Norma Brasileira - NBR 15287/2011 – Informação e documentação — Projeto de pesquisa — Apresentação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), segunda edição, publicada em 17 de abril de 2011, que tem por objetivo especificar os princípios gerais para a elaboração de projetos de pesquisa.

Para apresentação de um projeto de pesquisa é necessário observar as demais normas relacionadas a seguir, que contêm disposições que, ao serem citadas neste texto, constituem prescrições para esta Norma:

ABNT NBR 6023, Informação e documentação – Referências – Elaboração

ABNT NBR 6024, Informação e documentação – Numeração progressiva das seções de um documento – Apresentação

ABNT NBR 6027, Informação e documentação – Sumário – Apresentação

ABNT NBR 6034, Informação e documentação – Índice – Apresentação

ABNT NBR 10520, Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação
IBGE. Normas de apresentação tabular. 3. ed. Rio de Janeiro, 1993

As edições indicadas acima, estavam em vigor no momento desta publicação.

Além dessas normas, o professor orientador deve assinar o termo de compromisso ou aceite de orientação (modelo anexo), para configurar formalmente sua responsabilidade diante dos seus direitos e deveres contidos no regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso da ESBAM.

O aluno e seu orientador devem também observar o que a Lei preconiza sobre o plágio. O artigo 184 do Código Penal diz: “Violar direito autoral: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa”, bem como poderá sofrer ação por danos morais inciso VII da Lei 9.610/98.

Observando o que diz Chaves (**Revista Jus Navigandi**, Teresina, [ano 15, n. 2632, 15 set. 2010](#)). Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/17401>>. Acesso em: 10 mar. 2016) sobre a responsabilidade do professor quando do aceite de orientação:



Quando o professor assina o termo de compromisso, naquele momento ele deixa bem claro que está ciente de seus direitos e deveres, os quais estão normatizados no regulamento de trabalho de conclusão de curso – TCC, dos cursos de cada Faculdade ou Universidade; logo ele está obrigado a empenhar tal papel depois de assinar o termo. Em algumas Instituições o professor orientador pode solicitar sua liberação do compromisso de orientar o aluno sempre que o mesmo não observar o cronograma previsto no projeto ou não atender às orientações do professor. Mas, ao saber que o aluno plagiou a monografia ou até mesmo que a comprou feita, e em nenhum momento são vistas ações por parte do professor orientador, para demonstrar que a atitude de seu orientando foi eticamente e moralmente errada, deve-se constatar que o mesmo está sendo "cúmplice" de seu aluno em tal prática; mas não de forma comissiva e, sim, omissiva por não interferir no resultado que se quer evitar, qual seja a de o aluno apresentar um trabalho que não é de sua autoria.

Essas recomendações dizem respeito a apropriação indevida da produção intelectual de outrem, ou a compra do projeto de pesquisa, artigo e monografia.

Lembrando ao orientador se detectado o plágio e compra, este deve imediatamente tomar as providências cabíveis para que não seja considerado conivente, evitando assim ser também penalizado como coautor do erro. Recomenda-se que o professor no papel de orientador esteja atento as penalidades que poderá estar sujeito ao não observar as orientações especificadas neste Manual, e esclareça a seus orientandos os perigos do plágio e compra de monografia ou outro formato de TCC.

Assim, recomenda-se que docentes, como orientadores, e discentes em fase de produção de TCC o uso deste Manual de Orientações para a sistematização do Projeto de Pesquisa.

AMÓS ALVES SANTOS
Diretor Geral da ESBAM

ESPECIFICAÇÕES PARA O PROJETO DE PESQUISA

O projeto de pesquisa segue as instruções da NBR 15287/2011 da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Segundo a NBR 15287/2011: **projeto de pesquisa** compreende uma das fases da pesquisa.

A NBR 15287/2011 estabelece que a estrutura do projeto de pesquisa deverá contemplar um núcleo básico ou uma estrutura básica composta por INTRODUÇÃO, REVISÃO DE LITERATURA ou QUADRO TEÓRICO ou REFERENCIAL TEÓRICO, METODOLOGIA, CRONOGRAMA e REFERÊNCIAS.

1 INTRODUÇÃO

Neste item são expostos o tema e a delimitação do tema, o problema, as hipóteses ou questões norteadoras, os objetivos divididos: em geral e específicos e justificativa.

1.1 Tema

É o assunto que se deseja provar ou se desenvolver. O tema é o objeto de estudo.

Exemplo:

Planejamento tributário

1.1.1 Delimitação do tema

Fixa os limites da pesquisa no aspecto tempo e espaço geográfico.

Exemplo:

Como alternativa para a economia tributária, visando resultados positivos de caixa.

1.2 Problema

Elemento obrigatório. Um problema pode ser definido tanto a partir da observação, quanto da teoria, ou ainda de um método que se queira testar. No contexto de um projeto o problema é uma situação não resolvida, mas também pode ser a identificação de oportunidades até então não percebidas pela organização. Nada impede que o interesse parta de uma preocupação acadêmica.

A problemática pode referir-se a controvérsias teóricas sobre determinada questão, ou à possibilidade de testar um modelo ou instrumento. Apresenta como finalidade estabelecer a situação que está causando o interesse pelo estudo.

Consiste na pergunta a ser respondida ao final da pesquisa. O problema é a mola propulsora de todo o trabalho de pesquisa. Indica especificamente qual a dificuldade que se pretende resolver. Consiste em um enunciado explicitado de forma clara, compreensível e operacional. Deverá restringir-se a um determinado contexto: grupo de sujeitos, numa

localidade, num tempo determinado. Para formulá-lo você precisa indagar: Qual a minha interrogação? Que pergunta quero responder?

A formulação e a descrição do problema da pesquisa não são estabelecidas de forma mecânica ou inquestionável, podendo sofrer alterações à medida que se avança no processo ou adiante da possibilidade de mais de uma solução para o problema.

Exemplo de problema

É possível através do planejamento tributário a economia tributária nas empresas, uma vez que no Brasil por causa da alta carga tributária dificulta o crescimento econômico das empresas?

1.3 Hipóteses ou Questões Norteadoras

Elemento obrigatório em pesquisas de abordagem quantitativa. Hipótese é sinônimo de suposição. Neste sentido, Hipótese é uma possível resposta ao problema estabelecido. É uma pré-solução para o Problema levantado. Representa uma ideia que deverá, ao final da pesquisa, ser demonstrada, podendo atingir um resultado verdadeiro ou falso que tem por objetivo apresentar a solução de um problema ou reforçar algo já demonstrado, este item responde ao problema, visa respondê-lo, ou seja, corresponde à descrição ou ao enunciado sobre o problema a ser investigado.

No caso de pesquisas qualitativas, as hipóteses são substituídas por questões norteadoras, que deverão ser respondidas ao término da pesquisa, no trabalho final (artigo).

As questões norteadoras são formuladas sem um número pré-estabelecido, entretanto podem variar de 5 a 8 questões.

Exemplo de hipóteses

As hipóteses respondem inicialmente ao problema: 1) O planejamento tributário possibilita a economia tributária nas empresas, evitando assim o fechamento de empresas com poucos dias ou poucos anos de abertura. 2) O planejamento tributário não possibilita a economia tributária nas empresas, por conseguinte não evita o fechamento de empresas com poucos dias ou poucos anos de abertura

Exemplo de questões norteadoras

- 1 O planejamento tributário possibilita a economia tributária nas empresas?
- 2 O planejamento tributário é a solução para o não fechamento de empresas com poucos dias ou poucos anos de abertura?
- 3 No Brasil por causa da alta carga tributária dificulta o crescimento econômico das empresas?

4 Toda empresa tem uma estrutura de custos, na qual se inclui o custo tributário, que representa a boa parcela de consumo do lucro?

5 Toda empresa também busca meios legais que possam diminuir o custo tributário?

1.4 Justificativa

Elemento obrigatório que consiste na apresentação das razões que levam o discente/pesquisador a escolher o tema, destacando a sua importância, a fim de demonstrar os benefícios e resultados que a pesquisa trará.

Para elaborar a justificativa o discente/pesquisador responderá as seguintes perguntas que darão forma ao texto:

- ✓ Qual assunto será investigado?
- ✓ Por que o escolheu?
- ✓ O que espera alcançar com essa investigação?
- ✓ Que questão será investigada?
- ✓ Qual a relevância científica e social do tema?

Desta forma, simplificada, a justificativa deve responder:

- ✓ o que fazer?
- ✓ por que fazer?
- ✓ para quem fazer?
- ✓ para quem fazer?

Exemplo de Justificativa

Toda empresa tem uma estrutura de custos, na qual se inclui o custo tributário, que representa a boa parcela de consumo do lucro. Toda empresa também busca meios legais que possam diminuir o custo tributário. Dessa, e por essa necessidade surge a figura do planejamento tributário com o objetivo de projetar os custos relativos ao pagamento dos tributos.

A Lei 6.404/76 (Lei das S/A) no artigo 153 prevê que a empresa através de seus sócios e administradores a obrigação de realizar o planejamento tributário. No Brasil, existe uma alta carga tributária que dificulta o crescimento econômico das empresas.

A finalidade desta pesquisa é analisar o planejamento tributário com vistas a economia tributária, especificamente, como alternativa para que o planejador tributário projete ações que evitem a incidência, diminua, ou postergue o pagamento do tributo, justificando-se assim, a realização do mesmo.

1.5 Objetivos

Elemento obrigatório. Define com precisão e clareza, as metas, propósitos e resultados concretos a que se pretende chegar. Por ordem de abrangência podem ser divididos em:

Objetivo Geral: intenção global da investigação, propósito central do trabalho, pretensão com a pesquisa, sendo formulado a partir do problema.

Objetivos Específicos: Expressam direcionamentos mais limitados, metas específicas pretendidas, sendo formulados a partir das hipóteses ou questões norteadoras.

Observação: Usar somente um objetivo geral.

Usar de 3 a 4 objetivos específicos. No caso de questões norteadoras, usar de 5 a 8 questões.

Exemplo de objetivo geral

Analisar o planejamento tributário com vistas a economia tributária.

Exemplo de objetivos específicos

Distinguir planejamento tributário de economia tributária.

Explicar porque o planejamento tributário é uma alternativa para a economia de tributos.

Demonstrar a redução da carga tributária através do planejamento tributário.

Diferenciar o que é evasão fiscal, sonegação, inadimplência fiscal, simulação e fraude à Lei.

REVISÃO DE LITERATURA OU QUADRO TEÓRICO OU REFERENCIAL TEÓRICO OU EMBASAMENTO TEÓRICO

Elemento obrigatório. É a parte principal do projeto, pois irá apresentar o embasamento teórico ao tema. Logo, deve apresentar os estudos já realizados por outros autores acerca do tema ou do problema em questão. A partir das concepções dos autores, construir-se-á o referencial teórico que auxiliará na descoberta dos caminhos vivenciados sobre o assunto, bem como subsidiará a construção de suas próprias conclusões sobre o que está sendo abordado.

Exemplo de embasamento teórico

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

2.1 Planejamento Tributário: o que é?

Toda empresa possui sua estrutura de custos, dentro da qual está incluso o custo tributário, o que representa boa parcela de consumo do lucro. Com objetivo de reduzir tais custos, houve a necessidade de buscar meios legais, meios esses que possibilitassem a redução

do custo tributário. Nasce então, a figura do planejamento tributário, onde se dá o ato de projetar o pagamento do tributo.

No entanto, para se livrar do famigerado fardo tributário as empresas têm duas vias, quais sejam: a legalidade e a ilegalidade. Ao escolher a segunda, estará optando pela sonegação, evasão fiscal, ou fraude fiscal, ao passo que seguindo o caminho legal estará se utilizando da elisão fiscal, também chamada de economia legal, que se traduz no Planejamento tributário.

Para se entender melhor o que é planejamento tributário buscou-se no Código Tributário Nacional (CNT) o que é tributo. No artigo 3º do Código encontra-se a seguinte definição: “Art. 3º - Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

Com base na definição do CNT, sobre tributo, é possível entender com mais precisão o que é planejamento tributário. Fabretti (2006, p.32) diz que:

Planejamento tributário é o estudo feito preventivamente, ou seja, antes da realização do fato administrativo, pesquisando-se seus efeitos jurídicos e econômicos e as alternativas legais menos onerosas, denomina-se Planejamento Tributário, que exige antes de tudo, bom senso do planejador.

É uma atividade empresarial que é desenvolvida somente de forma preventiva, projetando os atos e fatos administrativos com a finalidade de informar quais os ônus tributários em cada uma das ações disponíveis. (OLIVEIRA, 2003).

Planejamento Tributário é a atividade empresarial que, desenvolvendo-se de forma estritamente preventiva, projeta os atos e fatos administrativos com o objetivo de informar quais os ônus tributários em cada uma das opções legais disponíveis. O objeto do planejamento tributário é, em última análise, a economia tributária. Cotejando as várias opções legais, o administrador obviamente procura orientar os seus passos de forma a evitar, sempre que possível, o procedimento mais oneroso do ponto de vista fiscal. (OLIVEIRA, 2003).

O planejamento tributário tornou-se uma ferramenta de fundamental importância para a redução das despesas e, conseqüentemente, para a tomada de decisão dos empreendedores, consistindo em excluir, diminuir e retardar os tributos.

Na visão de Borges (2002, p.75), planejamento tributário:

É uma técnica que projeta as operações, visando conhecer as obrigações fiscais pertinentes a cada uma das alternativas legais que lhes são aplicáveis, para, em seguida, adotar aquela que possibilita emprego de procedimento tributário legitimamente inserido na esfera de liberdade fiscal.

O profissional que for executar um planejamento tributário deverá dominar a legislação vigente e saber como melhor aplicá-la no contexto da entidade estudada, para dentre as alternativas escolher aquela que diminuirá ou retardará o ônus fiscal.

Borges (2002, p. 75) diz que há três tipos de planejamento tributário:

- 1) Planejamento, que tem por objetivo a anulação do ônus fiscal: nesse caso, o planejamento é voltado a impedir a concretização das hipóteses legais de incidências tributárias, mediante o emprego de estruturas e formas jurídicas, articulando o empreendimento ou a atividade econômico-mercantil.
- 2) Planejamento que tem por objetivo a redução do ônus fiscal: o planejamento tributário deve organizar o empreendimento ou atividade econômico-mercantil, de modo que possibilite a concretização de hipóteses legais de incidência tributária, resultando em uma redução do ônus fiscais.
- 3) Planejamento que tem por objetivo o adiamento do ônus fiscal: esse planejamento visa que o empreendimento ou a atividade econômica mercantil se encontre em uma das seguintes situações: - deslocamento da ocorrência do fato gerador; - procrastinação do lançamento ou pagamento do imposto.

Segundo Chaves (2010, p.31) planejamento tributário “é a escolha da ação menos onerosa em termos tributários; o contribuinte tem que evitar a simulação fiscal”.

Silva Junior (2003, p.38) ressalta que quando se refere a planejamento tributário “significa que devemos analisar examinar e refletir sobre as operações e fatos com antecedência, para anteciparmos a solução que melhor se ajuste ao potencial problema identificado”.

É importante ressaltar que o planejamento tributário evitará possíveis prejuízos a empresa. A Lei 6.404/1976 que dispõe sobre as Sociedades por Ações, estabelece a obrigatoriedade do planejamento tributário por parte dos administradores de qualquer companhia.

Young (2008, p.85) afirma que o planejamento tributário “visa em especial a três aspectos: evitar a incidência do fato gerador; reduzir o valor do tributo a pagar, seja através da aplicação da alíquota ou formação da base de cálculo; e postergar o pagamento do tributo, sem, contudo, ocorrer a incidência de penalidades fiscais (multa e juros) ”.

No dizer de Gubert (2005, p.152-153, apud YOUNG, 2008, p.99) Planejamento Tributário “é o conjunto de condutas, comissivas ou omissivas, da pessoa física ou jurídica, realizadas antes ou depois da ocorrência do fato gerador, destinadas a reduzir, mitigar, transferir ou postergar legal e licitamente os ônus dos tributos”.

O planejamento tributário, portanto, é um conjunto de prerrogativas legais que visam mitigar a geração de tributos, cabendo ao gestor tributário da empresa conhecer a legislação vigente e buscar brechas e oportunidades que lhes permita reduzir ao máximo o peso fiscal imposto pelo ente tributante.

3 MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA

A utilização do termo “Material e Métodos” ou “Metodologia” irá depender do tipo de trabalho que for realizado. Trabalhos que envolvam o uso de materiais para execução dos mesmos atrelados a um método qualquer, empregar o primeiro termo como título do item. Caso o trabalho seja executado apenas por meio de métodos e teorias emprega-se o termo “Metodologia” com maior acerto.

Metodologia segundo o Dicionário Didático (2009, p.535) é “conjunto dos métodos seguidos em uma disciplina ou em uma atividade”. Para a realização de uma pesquisa, estudo ou trabalhos escolares precisa-se utilizar método ou métodos para que se obtenha êxito. Portanto, método conforme o Dicionário Didático (2009, p.535) é “procedimento sistemático e ordenado para realizar algo ou procedimento científico que se segue para descobrir a verdade e ensiná-la: [...] método dedutivo, [...] método indutivo”.

Em síntese, metodologia ou material e métodos é a descrição do tratado sistematizado da pesquisa que evidencia quais os métodos e as técnicas que serão utilizados.

3.1 ITENS A SEREM ORGANIZADOS NA METODOLOGIA

Caracterização Da Área De Estudo Ou Caracterização Do Estudo

Neste item será descrito o local onde o estudo será realizado. As descrições da área de estudo estão relacionadas aos aspectos de meio físico, social, econômico ou de relações ambientais.

Tipo De Pesquisa Quanto À Coleta De Dados

Neste item especifica-se o tipo de pesquisa que será desenvolvido (campo, laboratório, documental ou bibliográfica) ou as suas combinações, identificando a forma de estudo que se realizará (exploratório, descritivo, analítico, explicativo ou experimental). Incluem-se nesta parte, de um modo geral, os materiais, o delineamento experimental, as técnicas.

O levantamento de dados em abordagens quantitativas é o primeiro passo de qualquer pesquisa científica, é feito a partir da pesquisa documental ou de fontes primárias, pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias e a pesquisa de campo. A pesquisa documental e bibliográfica é primordial para pesquisas de campo porque serve de direção para se obter informações sobre o objeto de estudo, além de se poder dar opinião sobre o assunto.

Métodos Científicos

Aqui descreve-se os métodos a serem utilizados na pesquisa. E os métodos utilizados para conduzir o trabalho, descritos de maneira detalhada e suficiente para tornar possível à repetição do estudo por outros pesquisadores, com a mesma precisão.

Lakatos e Marconi (2003, p.83) definem método como: “O conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros - traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões dos cientistas”.

Os métodos utilizados na pesquisa dependerão do tipo da abordagem científica escolhida, isto é, tratamento que o pesquisador dará ao assunto ou ao tema. Em pesquisa científica as abordagens são divididas em abordagem qualitativa e quantitativa.

Assim, organizou-se os tipos de métodos a serem utilizados tanto na abordagem qualitativa e quantitativa. Veja-se: os dados coletados sobre este assunto foram obtidos em FEITOSA, Maria Lenir Oran Fonseca Feitosa (Organizadora). **Metodologia do trabalho científico**. Manaus: ESBAM, 2012.

Primeiramente descreve-se os métodos inerentes a abordagem quantitativa. De modo geral são incluídos na metodologia de abordagens quantitativas métodos também especificados como abordagem e de procedimentos, a área da pesquisa, tipo de pesquisa, instrumentos de coleta de dados, universo e amostra.

O método de abordagem de pesquisas quantitativas é o dedutivo, logo ao usar este método nas mesmas, se terá um conjunto de premissas que deverão fundar todos os procedimentos que se optou por utilizar. Método dedutivo segundo o Dicionário Didático (2009, p. 238) é um “método de raciocínio que consiste em partir de um princípio geral conhecido e avançar logicamente até alcançar uma conclusão particular desconhecida”. Lakatos e Marconi (2003, p.54) simplificam a definição ao dizer que método dedutivo “parte do geral para o específico”.

Os métodos de procedimentos usados na pesquisa quantitativa são: estatístico, comparativo, histórico. A utilização do método depende do tipo de pesquisa realizada, pois há outros métodos para serem usados na pesquisa quantitativa como: o experimental e o funcionalista.

Observação: recomenda-se que o aluno pesquise fontes documentais sobre as definições dos diversos métodos aqui citados.

TIPOS DE PESQUISA

Pesquisa é definida como o procedimento realizado com objetivo de adquirir conhecimento sobre algo.

Os tipos de pesquisa quanto à forma de estudo usada com a pesquisa quantitativa são: descritiva, pesquisa exploratória e pesquisa experimental.

A **pesquisa descritiva** também chamada quantitativo-descritiva tem por finalidade o delineamento ou a análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chave. É subdividida em quatro momentos: estudos de verificação de hipótese, estudos de avaliação de programa, estudos de descrição de população e estudos de relações de variáveis.

A **pesquisa exploratória** corresponde ao estudo de investigações empíricas, tendo como objetivo a formulação de questões ou de um problema com três finalidades: desenvolvimento de hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com o ambiente, fato ou fenômeno para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos. Neste tipo de pesquisa obtêm-se como resultados, descrições tanto quantitativas quanto qualitativas do objeto em estudo.

Pesquisa Experimental consiste em estudos investigativos de pesquisa empírica que tem como objeto principal o teste de hipóteses que dizem respeito a relações de tipo causa-efeito. Todos os estudos desse tipo utilizam projetos experimentais que incluem os seguintes fatores: grupo controle, seleção da amostra por técnica probabilística e manipulação de variáveis independentes com a finalidade de controlar ao máximo os fatores pertinentes. Os estudos experimentais tanto podem ser desenvolvidos em campo, chamado de ambiente natural, como também em laboratórios onde o ambiente é rigorosamente controlado.

Instrumentos de Coleta de Dados da Pesquisa Quantitativa

Os elementos para a coleta de dados na pesquisa quantitativa são os questionários fechados, os elementos básicos para a análise dos dados são as escalas, os números, as estatísticas etc.

Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia ao informante por meio do correio, via email, ou por um portador, depois de preenchido é devolvido ao pesquisador.

Pesquisa Qualitativa. Pesquisa qualitativa é a modalidade de pesquisa na qual os dados são coletados por meio de interações sociais, (por exemplo: estudos etnográficos e pesquisas participantes), e analisados subjetivamente pelo pesquisador.

A **pesquisa qualitativa** estuda os fenômenos. O estudo de um fenômeno remete à interpretação de um fato feita por um observador, isto é, o fenômeno tratando-se da interpretação subjetiva do fato.

O **pressuposto metodológico da pesquisa qualitativa é o indutivo.** O método indutivo analisa o objeto em estudo particularmente, para se tirar conclusões gerais, ou seja, parte do particular para o geral. Enquanto na dedução a certeza das premissas é transferida para a conclusão, em virtude do emprego correto das regras lógicas, na indução, uma vez que as premissas sejam consideradas verdadeiras, a conclusão será provavelmente verdadeira. O método indutivo é o resultado das observações sobre determinado fato, tem por finalidade a obtenção de resultados capazes de explicar a realidade. A indução é um processo inferencial capaz de gerar informações novas, ao contrário da dedução que simplesmente reorganiza o conhecimento já existente.

Questões norteadoras no lugar das hipóteses nas pesquisas qualitativas.

Nas pesquisas de abordagem qualitativa as hipóteses são substituídas por questões norteadoras. Estas questões podem ser formuladas entre 5 a 8 perguntas, Gonçalves (2003, p.44) diz que:

as hipóteses usadas na pesquisa quantitativas são substituídas por questões norteadoras. Estas questões são formuladas sem um número pré-estabelecido, entretanto como diz Gonçalves (2003, p. 44) podem variar de 5 a 8 perguntas, organizadas cronologicamente e hierarquicamente de acordo com o assunto em questão. Para toda questão formulada, respostas serão dadas como solução do assunto, isto é para toda questão formulada uma resposta será encontrada.

Os instrumentos de coleta de dados na pesquisa qualitativa são: entrevistas abertas e não direcionadas; histórias de vida; análise de discurso; estudo de casos e observação participante.

Entrevistas abertas e não direcionadas, aberta ou informal. Consiste em uma conversação envolvendo duas ou mais pessoas com o propósito de se obter informações para uma investigação. O entrevistador tem um objetivo específico, que procura atingir sem impor uma estrutura ao respondente. Este tipo de entrevista é o mais sujeito a vieses ou erros resultantes da inexperiência.

Observação não participante e participante. É uma técnica de coletas de dados para obter informações e utiliza os sentidos para captar aspectos da realidade. Não se resume

apenas a ver ou ouvir superficial. Diferente das percepções cotidianas, não intencionais (espontâneas) e passivas, compreende uma busca deliberada, levada a efeito com cautela e predeterminação. Ela é o instrumento básico de coleta de dados em todas as ciências. Esta modalidade de observação pode ser sistemática ou assistemática. Segue uma ordenação e busca atingir um fim determinado. A observação não participante é usada também em pesquisas quantitativas, e é conhecida como observação *in loco* (*no lugar*).

Análise de discurso. Recobre um amplo espectro de teorias e práticas que corresponde a objetivos e finalidades muito diversas e nutrem uma diversidade de orientações de pesquisa e disciplinas.

Estudo de caso. Pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida, como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa ou uma unidade social. Visa conhecer o seu “como” e os seus “porquês”, evidenciando a sua unidade e identidade próprias. Trata-se de um tipo de pesquisa que tem sempre um forte cunho descritivo. No entanto, um estudo de caso não tem que ser meramente descritivo.

História de vida. História de vida é um relato retrospectivo da experiência pessoal de um indivíduo, oral ou escrito, relativo a fatos e acontecimentos que foram significativos e constitutivos de sua experiência vivida. História de vida pode significar muitas coisas, dependendo dos objetivos ou dos pressupostos teóricos do pesquisador. As particularidades expressam-se em diferentes termos correlatos, para discriminar diferentes particularidades teórico-metodológicas, tais como autobiografia, biografia, história de vida, relatos de vida, memória, história oral, abordagem biográfica, método biográfico, etnobiografia etc., todas, com suas especificidades, visando descobrir as possibilidades heurísticas das trajetórias de vida pessoais, inseridas em uma realidade histórica e social.

Métodos específicos da pesquisa qualitativa. Método etnográfico e clínico, outros métodos como o método histórico, comparativo, monográfico, método tipológico, método funcionalista e método estruturalista são específicos da pesquisa qualitativa.

OBSERVAÇÃO: recomenda-se que o aluno/pesquisador, para melhor compor seu conhecimento sobre métodos e técnicas de pesquisa procure outras fontes informacionais.

Universo e Amostra

Por universo da pesquisa entende-se como a população total ou os indivíduos denominados de sujeitos da pesquisa envolvidos na pesquisa. Exemplo: Alunos da sala de aula num total de 50 alunos.

Gressler (2004, p.139) diz que Universo ou população, “é o agregado de todos os elementos que possuem determinadas características, conforme definidas no próprio corpo de pesquisa”. Exemplo: “ se o aluno do ensino fundamental é o elemento, então o alunado do ensino fundamental é o universo ou população”.

Gressler (2004, p.139) diz que “amostra é a menor representação de um todo maior”. Portanto, a amostra diz respeito a representação real ou os sujeitos participantes realmente da pesquisa. Exemplo: dos 50 alunos envolvidos na pesquisa, obteve-se informação real de 20 alunos. Estes são a amostra real da pesquisa.

4 CRONOGRAMA

Gressler (2004, p.188) diz que “o cronograma expõe a divisão da pesquisa em etapas e a previsão do tempo necessário para cada etapa”. É um elemento obrigatório, porque estabelece as atividades e os períodos que serão desenvolvidos na pesquisa. Abaixo, exemplo de cronograma para a elaboração do projeto de pesquisa.

ATIVIDADE	MESES 2016					
	Jul	ago	set	out	nov	dez
Revisão bibliográfica	XXXX	XXXX	XXXX	XXXX	XXXX	
Elaboração do instrumento da pesquisa	X					
Aplicação		X				
Levantamento/análise dos dados			XXXX			
Discussão/Dados				XX		
Revisão/pesquisa					XX	
Digitação/Entrega					XX	
Defesa						XX

Observação cada X corresponde a uma semana de cada mês.

REFERÊNCIAS

Elemento obrigatório, segundo a NBR 6023/2002 corresponde “ao conjunto padronizado de elementos descritivos retirados de um documento, que permite sua identificação individual”. Verificar a norma NBR 6023/2002 para mais informações.

OBSERVAÇÃO: as referências abaixo foram citadas no texto deste Manual.

REFERÊNCIAS

- BORGES, Humberto Nonavides. **Planejamento tributário: IPI, ICMS, ISS e IR**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- BRASIL. **Código Tributário Nacional de 1966**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm Acesso em: 06 de ag. 2015.
- BRASIL. **Lei 6.404/1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm > Acesso em: 4 de set. 2015.
- CHAVES, F.C. **Planejamento tributário na prática: gestão tributaria aplicada**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- DICIONÁRIO DIDÁTICO**. São Paulo: Edições SM, 2009.
- FABRETTI, Láudio Camargo. **Legislação Tributária**. 9. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.
- FEITOSA, Maria Lenir (Org.). **Metodologia do trabalho científico**. Manaus: ESBAM, 2012.
- GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de Projetos de Pesquisa Científica**. São Paulo: AVERCAMP, 2003.
- GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. São Paulo: Loyola, 2004.
- LAKATOS, Eva Mari; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 4.ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2003.
- OLIVEIRA, José Jaime de Macêdo. **Código Tributário Nacional**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- SILVA JÚNIOR, J. B. (Coord.). **Prática contábil: assuntos tributários**. São Paulo: Atlas, 2003.
- YOUNG, Lúcia Helena Briski. **Planejamento Tributário**. 4. ed. Curitiba: Editora Juruá, 2008.



ANEXO A

MODELO DE PROJETO DE PESQUISA (CAPA)

ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO AMAZONAS-ESBAM

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO

NOME DO ALUNO

**PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO ALTERNATIVA PARA A ECONOMIA
TRIBUTÁRIA, VISANDO RESULTADOS POSITIVOS DE CAIXA**

Manaus

2016

NOME DO ALUNO



(FOLHA DE ROSTO)

**PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO ALTERNATIVA PARA A ECONOMIA
TRIBUTÁRIA, VISANDO RESULTADOS POSITIVOS DE CAIXA**

Projeto de pesquisa apresentado para execução de TCC do curso de Pós-Graduação em Direito Público da Escola Superior Batista do Amazonas ESBAM).

Orientadora: Prof. Mestre Maria Lenir
Oran Fonseca Feitosa

Manaus

2016



SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	Nº página
1.1	Tema	Nº página
1.1.1	Delimitação	Nº página
1.2	Problema	Nº página
1.3	Hipóteses	Nº página
1.4	Justificativa	Nº página
1.5	Objetivos	Nº página
1.5.1	Geral	Nº página
1.5.2	Específicos	Nº página
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	Nº página
2.1	Licitação	Nº página
2.2	Contrato	Nº página
2.3	Contração Direta sem Licitação (a desenvolver)	Nº página
3	METODOLOGIA	Nº página
4	CRONOGRAMA	Nº página

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema

Planejamento tributário

1.1.1 Delimitação do tema

Como alternativa para a economia tributária, visando resultados positivos de caixa.

1.2 Problema

É possível através do planejamento tributário a economia tributária nas empresas, uma vez que no Brasil por causa da alta carga tributária dificulta o crescimento econômico das empresas?

1.3 Hipóteses

1) O planejamento tributário possibilita a economia tributária nas empresas, evitando assim o fechamento de empresas com poucos dias ou poucos anos de abertura.

2) O planejamento tributário não possibilita a economia tributária nas empresas, por conseguinte não evita o fechamento de empresas com poucos dias ou poucos anos de abertura

1.4 Justificativa

Toda empresa tem uma estrutura de custos, na qual se inclui o custo tributário, que representa a boa parcela de consumo do lucro. Toda empresa também busca meios legais que possam diminuir o custo tributário. Dessa, e por essa necessidade surge a figura do planejamento tributário com o objetivo de projetar os custos relativos ao pagamento dos tributos.

A Lei 6.404/76 (Lei das S/A) no artigo 153 prevê que a empresa através de seus sócios e administradores a obrigação de realizar o planejamento tributário. No Brasil, existe uma alta carga tributária que dificulta o crescimento econômico das empresas.

A finalidade desta pesquisa é analisar o planejamento tributário com vistas a economia tributária, especificamente, como alternativa para que o planejador tributário projete ações que evitem a incidência, diminua, ou postergue o pagamento do tributo, justificando-se assim, a realização do mesmo.

1.5 Objetivos

1.5.1 Objetivo geral

Analisar o planejamento tributário com vistas a economia tributária.

1.5.2 Objetivos específicos

Distinguir planejamento tributário de economia tributária.

Explicar porque o planejamento tributário é uma alternativa para a economia de tributos.

Demonstrar a redução da carga tributária através do planejamento tributário.

Diferenciar o que é evasão fiscal, sonegação, inadimplência fiscal, simulação e fraude à Lei.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

2.1 Planejamento Tributário: o que é?

Toda empresa possui sua estrutura de custos, dentro da qual está incluso o custo tributário, o que representa boa parcela de consumo do lucro. Com objetivo de reduzir tais custos, houve a necessidade de buscar meios legais, meios esses que possibilitassem a redução do custo tributário. Nasce então, a figura do planejamento tributário, onde se dá o ato de projetar o pagamento do tributo.

No entanto, para se livrar do famigerado fardo tributário as empresas têm duas vias, quais sejam: a legalidade e a ilegalidade. Ao escolher a segunda, estará optando pela sonegação, evasão fiscal, ou fraude fiscal, ao passo que seguindo o caminho legal estará se utilizando da elisão fiscal, também chamada de economia legal, que se traduz no Planejamento tributário.

Para se entender melhor o que é planejamento tributário buscou-se no Código Tributário Nacional (CNT) o que é tributo. No artigo 3º do Código encontra-se a seguinte definição: “Art. 3º - Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

Com base na definição do CNT, sobre tributo, é possível entender com mais precisão o que é planejamento tributário. Fabretti (2006, p.32) diz que:

Planejamento tributário é o estudo feito preventivamente, ou seja, antes da realização do fato administrativo, pesquisando-se seus efeitos jurídicos e econômicos e as alternativas legais menos onerosas, denomina-se Planejamento Tributário, que exige antes de tudo, bom senso do planejador.

É uma atividade empresarial que é desenvolvida somente de forma preventiva, projetando os atos e fatos administrativos com a finalidade de informar quais os ônus tributários em cada uma das ações disponíveis. (OLIVEIRA, 2003).

Planejamento Tributário é a atividade empresarial que, desenvolvendo-se de forma estritamente preventiva, projeta os atos e fatos administrativos com o objetivo de informar quais os ônus tributários em cada uma das opções legais disponíveis. O objeto do planejamento tributário é, em última análise, a economia tributária. Cotejando as várias opções legais, o

administrador obviamente procura orientar os seus passos de forma a evitar, sempre que possível, o procedimento mais oneroso do ponto de vista fiscal. (OLIVEIRA, 2003).

O planejamento tributário tornou-se uma ferramenta de fundamental importância para a redução das despesas e, conseqüentemente, para a tomada de decisão dos empreendedores, consistindo em excluir, diminuir e retardar os tributos.

Na visão de Borges (2002, p.75), planejamento tributário:

É uma técnica que projeta as operações, visando conhecer as obrigações fiscais pertinentes a cada uma das alternativas legais que lhes são aplicáveis, para, em seguida, adotar aquela que possibilita emprego de procedimento tributário legitimamente inserido na esfera de liberdade fiscal.

O profissional que for executar um planejamento tributário deverá dominar a legislação vigente e saber como melhor aplicá-la no contexto da entidade estudada, para dentre as alternativas escolher aquela que diminuirá ou retardará o ônus fiscal.

Borges (2002, p. 75) diz que há três tipos de planejamento tributário:

- 1) Planejamento, que tem por objetivo a anulação do ônus fiscal: nesse caso, o planejamento é voltado a impedir a concretização das hipóteses legais de incidências tributárias, mediante o emprego de estruturas e formas jurídicas, articulando o empreendimento ou a atividade econômico-mercantil.
- 2) Planejamento que tem por objetivo a redução do ônus fiscal: o planejamento tributário deve organizar o empreendimento ou atividade econômico-mercantil, de modo que possibilite a concretização de hipóteses legais de incidência tributária, resultando em uma redução do ônus fiscais.
- 3) Planejamento que tem por objetivo o adiamento do ônus fiscal: esse planejamento visa que o empreendimento ou a atividade econômica mercantil se encontre em uma das seguintes situações: - deslocamento da ocorrência do fato gerador; - procrastinação do lançamento ou pagamento do imposto.

Segundo Chaves (2010, p.31) planejamento tributário “é a escolha da ação menos onerosa em termos tributários; o contribuinte tem que evitar a simulação fiscal”.

Silva Junior (2003, p.38) ressalta que quando se refere a planejamento tributário “significa que devemos analisar examinar e refletir sobre as operações e fatos com antecedência, para anteciparmos a solução que melhor se ajuste ao potencial problema identificado”.

É importante ressaltar que o planejamento tributário evitará possíveis prejuízos a empresa. A Lei 6.404/1976 que dispõe sobre as Sociedades por Ações, estabelece a obrigatoriedade do planejamento tributário por parte dos administradores de qualquer companhia.

Young (2008, p.85) afirma que o planejamento tributário “visa em especial a três aspectos: evitar a incidência do fato gerador; reduzir o valor do tributo a pagar, seja através da

aplicação da alíquota ou formação da base de cálculo; e postergar o pagamento do tributo, sem, contudo, ocorrer a incidência de penalidades fiscais (multa e juros) ”.

No dizer de Gubert (2005, p.152-153, apud YOUNG, 2008, p.99) Planejamento Tributário “é o conjunto de condutas, comissivas ou omissivas, da pessoa física ou jurídica, realizadas antes ou depois da ocorrência do fato gerador, destinadas a reduzir, mitigar, transferir ou postergar legal e licitamente os ônus dos tributos”.

O planejamento tributário, portanto, é um conjunto de prerrogativas legais que visam mitigar a geração de tributos, cabendo ao gestor tributário da empresa conhecer a legislação vigente e buscar brechas e oportunidades que lhes permita reduzir ao máximo o peso fiscal imposto pelo ente tributante.

3 METODOLOGIA

A pesquisa será caracterizada como pesquisa qualitativa e como método de abordagem o indutivo.

Gressler (2004, apud SOUZA e FEITOSA, 2012) é de opinião que a pesquisa qualitativa visa a compreensão de uma realidade específica, ideográfica, cujos significados são vinculados a um dado contexto. Pesquisa qualitativa pode ser considerada um estudo dinâmico, flexível, o raciocínio é dialético e também fenomenológico, a visão da realidade é o todo, sendo subjetiva, múltipla e analisada a partir da visão dos sujeitos.

O método indutivo permite que se possa analisar o objeto para se tirar conclusões gerais, ou seja, parte do particular para o geral. Na indução, uma vez que as premissas sejam consideradas verdadeiras, a conclusão será provavelmente verdadeira. (SOUZA e FEITOSA, (Orgs.), 2012).

3.1 Métodos de Procedimento

Os métodos de procedimentos têm papéis mais concretos quanto às etapas de investigação. A finalidade desses métodos é restringir as explicações dos fenômenos e serem menos abstratos, por serem técnicas de uso mais abrangente, pressupõe atitudes concretas em relação ao fenômeno estudado e por isso estão limitados a um domínio particular. (SOUZA e FEITOSA (Org.), 2012).

O método de procedimento desta pesquisa será o método comparativo que consiste em analisar o dado concreto, deduzindo do mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais. Pode ser utilizado em todas as fases e níveis de investigação num estudo descritivo, para averiguar analogia entre elementos de uma estrutura.

4 CRONOGRAMA

ATIVIDADE	MESES 2016					
	Jul	ago	set	out	nov	Dez
Revisão bibliográfica	XXXX	XXXX	XXXX	XXXX	XXXX	
Elaboração do instrumento da pesquisa	X					
Aplicação		X				
Levantamento/análise dos dados			XXXX			
Discussão/Dados				XX		
Revisão/pesquisa					XX	
Digitação/Entrega					XX	
Defesa						XX

Observação cada X corresponde a uma semana de cada mês.

REFERÊNCIAS

BORGES, Humberto Nonavides. **Planejamento tributário: IPI, ICMS, ISS e IR.** 7.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. **Código Tributário Nacional de 1966.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm Acesso em: 06 de ag. 2015.

BRASIL. **Lei 6.404/1976.** Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm > Acesso em: 4 de set. 2015.

CHAVES, F.C. **Planejamento tributário na prática: gestão tributaria aplicada.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DICIONÁRIO DIDÁTICO. São Paulo: Edições SM, 2009.

FABRETTI, Lúudio Camargo. **Legislação Tributária.** 9. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

FEITOSA, Maria Lenir (Org.). **Metodologia do trabalho científico.** Manaus: ESBAM, 2012.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de Projetos de Pesquisa Científica.** São Paulo: AVERCAMP, 2003.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios.** São Paulo: Loyola, 2004.

LAKATOS, Eva Mari; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 4.ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, José Jaime de Macêdo. **Código Tributário Nacional.** 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

SILVA JÚNIOR, J. B. (Coord.). **Prática contábil: assuntos tributários.** São Paulo: Atlas, 2003.



YOUNG, Lúcia Helena Briski. **Planejamento Tributário**. 4. ed. Curitiba: Editora Juruá, 2008.

ANEXO B

ACEITE DE ORIENTAÇÃO

Eu _____, (especialista/mestre/doutor)
em _____, pela Universidade _____
_____, aceito orientar o Trabalho de
Conclusão de Curso (artigo) do (a) aluno (a) _____
_____ sob o
título _____
_____ do Curso de Graduação em
_____ ofertado pela Escola Superior Batista do
Amazonas.

Comprometo-me a entregar ao final da apresentação do TCC, no prazo estipulado pela ESBAM, as fichas de avaliação com as considerações e conceituação da Banca Examinadora, e o CD com a gravação da Monografia, à Coordenação do Curso.

Manaus, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Professor (a) Orientador (a)